ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

3 - ORDEM DO DIA

- c) Palavra do Presidente da Câmara Municipal ao abrigo da alínea c, n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- d) Eleição do Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia que representará o Município nas reuniões da ANMP, Assembleias Distritais e ANF;
- e) Apreciação, Discussão e Deliberação sobre eventuais propostas a apresentar sobre a política de impostos municipais a vigorar no ano de 2016;

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

Antes de se entrar no Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que o Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal funciona na sede, ao lado do Centro de Dia. Uma vez que não foi nomeado nenhum

funcionário para o efeito, não há quem receba a correspondência e a mesma é devolvida. Para que tal não volte a suceder, foi proposto pela Mesa da Assembleia que o expediente bem como toda a documentação referente à Assembleia fossem entregues ao funcionário José Ângelo Duarte Andrade, salientando que era uma forma de o manter ocupado.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para referir que foi deliberado em reunião de Câmara colocar à disposição do Sr. Presidente da Assembleia dois funcionários e um gabinete no Centro Cultural. Referiu ainda que esse gabinete nunca foi utilizado e a respetiva chave nunca foi entregue.

Relativamente às convocatórias, foram enviadas para a Associação de Promoção Social, tendo sido uma recebida por uma funcionária que a devolveu à Câmara Municipal. Posteriormente foram enviados dois funcionários da Câmara Municipal à residência do Sr. Presidente da Assembleia com o expediente da Assembleia, que não foi recebido.

Em relação ao funcionário José Ângelo, este tem funções atribuídas e os seus objetivos estão a ser definidos.

Referiu também que o Sr. Presidente da Assembleia tem ao seu dispor um gabinete no Centro Cultural e duas funcionárias da Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal terá de ouvir a Mesa da Assembleia, e esta não aceita as instalações que lhe foram destinadas por não ter condições de trabalho, nem os funcionários indicados.

Salientou que enquanto não houver gabinete para os serviços da Assembleia Municipal nos Paços do Município, a correspondência referente à Assembleia terá de ser entregue nas instalações ao lado do Centro de Dia. Esclareceu que a Assembleia é um órgão de fiscalização da Câmara Municipal que não deve estar sediado fora do Município. Propôs novamente que todo o expediente fosse entregue ao funcionário José Ângelo, que está desaproveitado.

O Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao Sr. Presidente da Câmara a presença do Técnico José Ângelo na sessão para esclarecer a situação, a qual foi recusada.

Face ao exposto, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que a palavra do Sr. Presidente da Câmara seria retirada da Ordem do Dia uma vez que não chegou pelos meios legais.

Perante esta afirmação, a Bancada do Partido Socialista, o Sr. Presidente da Câmara e a Sr.ª Vice- Presidente da Câmara ausentaram-se da sessão. De seguida verificou-se a presença de quórum, pelo que os trabalhos prosseguiram.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da anterior sessão; votou contra a ata por discordância do teor das intervenções na sessão de vinte e nove de junho, o deputado municipal Luís Soares Agostinho, sobre as alegações referentes às suas ameaças. Colocada à votação foi a mesma aprovada por maioria com um voto contra.

Foi colocada a votação a ata da sessão extraordinária de vinte e nove de junho, tendo sido a mesma aprovada pelos presentes.

Passou-se de seguida ao Período Antes da Ordem do Dia, tendo usado da palavra o deputado Luís Agostinho para falar sobre as alegações da última sessão da Assembleia, referindo que tudo se resume a uma conversa de rua com outro Presidente de Junta em que ele lhe dá conta que tem em sua posse uma reclamação de um munícipe referente a obras ilegais de um muro junto ao rio e o avisa para ter cuidado.

Relativamente às ameaças, o deputado Luís Agostinho referiu que apenas enviou uma mensagem de teor particular ao Sr. Presidente da Câmara que não foi respondida. Foi enviada uma segunda mensagem que foi tomada como uma ameaça e da qual resultou uma queixa aos seus serviços. Salientou que tem sido apoiado por muita gente e que tem enviado essa mensagem para várias pessoas para comprovar que o teor da mesma não tem nada de ameaçador.

O Membro da Assembleia Rui Furtado referiu que o entristece a atitude tomada pelos colegas da Bancada do PS, do Sr. Presidente da Câmara e da Sr.ª Vereadora, salientando que essa atitude revela falta de coragem política para confrontar os problemas do município.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo lamentou a situação uma vez que o Sr. Presidente da Assembleia estava a expor o que achava estar mal e o Sr. Presidente da Câmara teria de responder de modo a sanar o assunto e prosseguir aos pontos seguintes da Ordem de Trabalhos.

Referiu também que havia temas importantes para debater como o caso das taxas municipais, mas como não tem feedback, não se alongará mais nesse assunto.

De seguida abordou o tema da carta anónima que circulou na via pública, em que estão patentes assuntos de extrema importância que devem ser questionados ao Sr. Presidente da Câmara e, a ser verdade, são situações graves que terão de ser punidas. Questionou os vereadores do PSD se algumas das questões foram debatidas e aprovadas em reunião de câmara e iria na presente sessão confrontar a resposta desses vereadores com a resposta do Sr. Presidente de Câmara. Como tal não é possível dada a ausência do Sr. Presidente da Câmara, não irá abordar mais essas questões, que teriam a ver com o empreendedorismo e os gastos exagerados com advogados.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra interveio para referir que faz dois anos que foram eleitos para representar os cidadãos do concelho, que se comprometeram a zelar pelos interesses de Fornos de Algodres, e é com muita consternação que presencia o que se passa na Assembleia. Acrescentou que o concelho está a definhar, há muito que trabalhar mas o tempo é gasto em querelas particulares e isso não é governar.

Referiu ainda que quando vem para uma Assembleia gosta de se preparar, tem direito à informação e, por esse motivo, não compreende o atraso na publicação das atas referentes às reuniões de câmara.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo relativamente às atas da Câmara Municipal, questionou os vereadores sobre a não publicação das mesmas ao que lhe foi dito que havia atas em atraso ainda do ano 2014. Referiu que é uma situação grave e que revela falta de profissionalismo.

O Membro da Assembleia Álvaro dos Santos interveio para manifestar a sua indignação relativamente às cartas anónimas das quais também já foi alvo. Esclareceu que estão a ser feitos projetos para o Seminário por duas empresas numa das quais ele é Administrador.

Acrescentou que já prestou apoio à Associação de Promoção Social de Fornos de Algodres e daí não adveio qualquer tipo de lucro, apenas prestou a sua colaboração.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que era um dia muito importante para Fornos de Algodres, porque apesar das cartas anónimas que o Ministério da Economia recebeu a pedir que não legalizassem as Termas, vai ser publicado em Diário da República a legalização das Termas de S. Miguel.

Congratulou-se com o facto de o Hotel ter possibilitado a presença de muitos visitantes como o Vitória de Setúbal, o Estoril, o Belenenses e excursões de vários países e acrescentou que isso deveria ser publicitado.

Relativamente às geminações, esclareceu que as delegações que foram para França ao abrigo de projetos de geminação não implicaram qualquer custo para a Câmara Municipal, uma vez que existem fundos comunitários para o efeito.

Em relação ao FAM, lamentou que esteja a ser negociado um Fundo de Apoio Municipal e não seja dada qualquer informação aos membros da assembleia do que está a ser negociado, qual a taxa de juro e qual o prazo.

Por fim lamentou que numa tentativa de chegar a um consenso, não houvesse uma atitude democrática, acrescentando que o papel do Presidente da Assembleia está a ser obstaculizado.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia.

A alínea a) da Ordem do Dia foi abolida uma vez que não foi cumprido o n.2 do Art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Passou-se de imediato à alínea b) da Ordem de Trabalhos: "Eleição do Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia que representará o Município nas reuniões da ANMP, Assembleias Distritais e ANF."

O Sr. Presidente da Assembleia deu um interregno de 5 minutos nos trabalhos para refletirem sobre a questão e procederem à votação.

Retomados os trabalhos, procedeu-se à eleição do representante dos Presidentes de Junta por escrutínio secreto. Depois da votação e tendo votado nove Presidentes de Junta, verificaram-se os seguintes votos:

Maria João Castanheira Albuquerque – 8 votos;

Luís Filipe Rodrigues Reis – 1 voto.

Foi eleita como representante dos Presidentes de Junta a deputada Maria João Castanheira Albuquerque e como substituto o deputado Luís Filipe Rodrigues Reis.

Pediu a palavra o deputado Luís Agostinho para referir que a equipa anterior foi eleita por consenso e o segundo da lista deveria automaticamente assumir o lugar, mas decidiram proceder à votação e não é contra isso.

Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia: "Apreciação, discussão e deliberação sobre eventuais propostas a apresentar sobre a política de impostos municipais a vigorar no ano de 2016".

Usou da palavra o deputado Artur Oliveira para referir que a Assembleia deverá pronunciar-se no sentido de reverter a posição do Município relativamente às taxas municipais, independentemente das alegações alusivas ao endividamento. Neste momento está completamente descontextualizado o processo de Reequilíbrio Financeiro de 2009, uma vez que houve uma avaliação geral dos prédios. A população já está bastante penalizada, quer em termos de IMI, quer em termos de IRS e também da Derrama.

Acrescentou que a Assembleia deverá reequacionar que o Processo de Reequilíbrio e o FAM, não sejam um obstáculo para que seja feita uma diferenciação positiva em relação às taxas municipais.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo abordou a questão do IMI, salientando que a tomada de posição da Bancada do PSD será no sentido de não aceitar a resposta do executivo de que seriam "obrigados" a fixar a taxa de IMI no máximo, uma vez que estavam em processo de Reequilíbrio Financeiro; na próxima sessão a Bancada do PSD irá apresentar uma contradição válida e legal a esta afirmação.

Referiu também que nos foi dada a possibilidade de beneficiar do IMI Familiar, que corresponde a uma redução percentual da taxa de IMI de acordo com o número de dependentes desde que aprovado em Assembleia Municipal. Acrescentou que esta medida já está a ser implementada por alguns municípios como é o caso do Sabugal em que foi o próprio executivo a tomar essa iniciativa; esta medida contribuirá para fixar as pessoas e, de certa forma, será um incentivo à natalidade.

O Membro da Assembleia Rui Furtado abordou a questão da Derrama, imposto que recai sobre o lucro tributável das empresas, referindo que o

executivo nada tem feito para incentivar a fixação de novas empresas no concelho nem para dar melhores condições às que já existem.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que na Assembleia de Novembro discutir-se-á novamente o assunto e a Bancada do PSD apresentará uma proposta para minimizar os efeitos da maximização das taxas.

Passou-se de seguida ao Ponto 3 da Ordem do Dia: "Outros Assuntos de Interesse para o Concelho", tendo usado da palavra o deputado Artur Oliveira para falar sobre a ausência da Bancada do PS, referindo que já assistiu a dezenas de sessões da Assembleia, já é o 4.º Mandato como Membro da Assembleia e, com tal, não vai fazer juízos de valor, apenas apelou ao entendimento entre o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia, e que ambos fizessem uma interpretação correta da Lei 75/2013, sobre as competências quer da Assembleia quer da Câmara Municipal, sob pena de não se dar expressão ao que é o objetivo de uma Assembleia – a defesa dos interesses do Município.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra referiu que tinha questões pertinentes para colocar, como o caso do saneamento da C+S e o caso do gradeamento da Proteção Civil mas, dada a ausência de elementos do executivo e da Bancada do PS, não irá fazê-lo.

Referiu também que no domingo transato esteve presente no evento alusivo ao acidente ocorrido há 40 anos em Fornos – Gare e constatou que o local está degradado, as casas estão em muito mau estado de conservação, os quintais estão por limpar e o executivo deveria fazer cumprir a lei relativamente a esta matéria. Reafirmou que é um pouco constrangedor falar para pessoas que não estão presentes.

Relativamente às taxas municipais irá apresentar uma proposta.

O Membro da Assembleia Manuel Paraíso lamentou a posição do executivo, entende que haja divergências relativamente à Assembleia mas o respeito para com os outros elementos da Assembleia e para com os Presidentes de Junta deveria ter sido acautelado.

Referiu também que tinha algumas questões mas como não tem contraditório não as irá colocar.

Passou-se de imediato ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: "Intervenção do Público", tendo usado da palavra o elemento do público José Aurélio

Marques Veiga para referir que não compreende como é que uma organização funciona sem atas. Acrescentou que houve um reforço significativo relativamente à parte política e à presidência que em termos de custos ultrapassa os 300% comparativamente ao mandato anterior e, ainda assim, não há ninguém que faça as atas atempadamente; espera que corrijam a situação o mais breve possível uma vez que estão a insurgir contra a lei.

O elemento do público Albino Cardoso usou da palavra para referir que apesar de residir no estrangeiro gosta de ter conhecimento dos factos relacionados com o seu concelho e, nessa medida, gostaria de ver publicadas regularmente as atas das reuniões no site da Câmara Municipal.

Referiu também que não teve acesso ao processo do PDM.

O elemento do público Maria João Vasconcelos lamentou a atitude da presidência da Câmara Municipal em ausentar-se da sessão; em segundo lugar concordou com a intervenção dos vereadores do PSD relativamente às taxas municipais.

Relativamente às limpezas das ruas e dos quintais, ao que sabe há uma lei que obriga os beneficiários do Rendimento Social de Inserção a trabalhar 15 dias por mês e, por isso, é sua opinião que estes deveriam proceder a essas limpezas.

O elemento do público Porfírio Paraíso pediu a palavra para referir que as intervenções dos outros elementos do público foram apenas declarações políticas, não versando nada de interesse para o concelho.

Disse também que a entidade máxima é o Presidente da Câmara e nem mesmo o Presidente da Assembleia lhe pode cortar a palavra.

De seguida questionou os vereadores do PSD acerca das atas da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vereador João Carlos Felício Costa, tendo este referido que o procedimento normal é que na reunião seguinte seja lida e aprovada a ata da reunião anterior; as atas vão sistematicamente atrasando e acumulando, chegando ao ponto de haver atas com 6 meses de atraso. Perante esta situação, confrontou o Sr. Presidente da Câmara que lhe prometeu que, em breve, as atas estariam em dia. Acrescentou que por vezes são presentes à reunião seis atas em simultâneo para serem lidas e aprovadas e, deste modo, os assuntos vão esquecendo;

quando chega a altura das atas serem aprovadas, os próprios vereadores não têm noção do que foi deliberado. Nesta medida, contestaram várias atas uma vez que houve questões alteradas, outras não foram mencionadas e estas situações não foram corrigidas.

Referiu também que existem duas Atas de 2014 ainda por aprovar sendo uma referente à Reunião Extraordinária do Orçamento, na qual apareceu para ser aprovada uma 2.ª versão do Orçamento 2015 pois, a 1.ª versão já tinha sido alterada anteriormente por não cumprir a Lei do Equilíbrio Orçamental.

Após algumas considerações do Vereador José Fernando Tomaz, nomeadamente em relação às verbas previstas para despesa com o pagamento dos juros da dívida que foram, unanimemente, consideradas de corretas e úteis, o documento foi recolhido, a reunião interrompida para, da parte da tarde se dar a sua continuidade, então já com uma 3.ª versão do Orçamento que veio a ser aprovada. A ata dessa reunião veio, posteriormente a Reunião de Câmara, para ser aprovada e foi recolhida por nela não ter sido feita menção à parte da manhã da Reunião Extraordinária.

O elemento do público Porfírio Paraíso interveio para questionar se há alguma ilegalidade no atraso das atas e se foi feita alguma participação, ao que o Sr. Vereador João Carlos Felício respondeu que ainda não fizeram qualquer tipo de participação mas estão a ponderar fazê-la caso a situação se mantenha.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário